

A CENTELHA

JORNAL DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO



ORGANIZA-TE!

UM VEREADOR DOS TRABALHADORES? P4

ELEIÇÕES NO BRASIL P9

FEMINISMO E A CLASSE TRABALHADORA P10

UM APELO À
ORGANIZAÇÃO
P6



O QUE DEFENDEMOS

Os interesses da classe trabalhadora!

- O monopólio estatal do comércio externo e a nacionalização, sob controlo democrático de organizações de trabalhadores, de toda a banca e sectores chave da economia, assim como das cem maiores empresas nacionais.
- A suspensão imediata do pagamento da dívida pública, apenas com a compensação de pequenos investidores e com base em necessidade comprovada.
- O aumento do Salário Mínimo Nacional para 900€ como um passo rumo a um salário digno.
- Subsídios de desemprego, pensões e reformas ao nível do SMN.
- Acabar com todas as formas de trabalho precário. Fim dos recibos verdes e contratação colectiva em todos os locais de trabalho com 10 ou mais trabalhadores.
- Um plano nacional de pleno emprego que vise distribuir equitativamente o trabalho por toda a população capaz de trabalhar, reduzindo a jornada laboral sem perdas salariais.
- Um plano nacional de habitação que exproprie toda a propriedade abandonada e vise distribuir equitativamente as habitações por toda a população, com ren-

das que sirvam apenas para a manutenção das infra-estruturas e estejam sob o controlo democrático de comissões de moradores.

- Nenhum corte nos serviços sociais! Orçamentos adequados às necessidades da população suportados pelo aumento dos impostos sobre o grande capital.
- O acesso à educação, à cultura, à saúde, e ao desporto como direitos básicos, portanto totalmente gratuitos.
- A nacionalização de todas as empresas de saúde, de todas as instituições de ensino e de toda a rede de transportes públicos sob controlo democrático de organizações de trabalhadores e utentes.
- O fim dos exames nacionais para efeitos de conclusão do ensino secundário e de ingresso no ensino superior. Um modelo de ensino e condições laborais dignas em todas as escolas, universidades e politécnicos, que garantam um acompanhamento educativo adaptado às necessidades e percurso de cada estudante.
- O funcionamento democrático dos sindicatos, com eleição regular de todos os dirigentes sindicais, mandatos revogáveis e remuneração dos sindicalistas a tempo-inteiro equivalente ao salário médio dos trabalhadores representados.

Uma economia ecológica!

- A nacionalização, sob gestão democrática dos trabalhadores, de toda a produção de energia.
- A substituição dos postos de trabalho nas empresas poluentes por postos de trabalho ecológicos.
- O investimento público para uma transição de combustíveis fósseis para energias renováveis no menor espaço de tempo possível.

O combate a todas as formas de opressão!

- Direito à nacionalidade portuguesa a todos os imigrantes! Os mesmos direitos sociais e políticos para todos os trabalhadores.
- O fim da desigualdade salarial entre os géneros. Salário igual por trabalho igual!
- Educação sexual não discriminatória nas escolas a partir do ensino primário.
- A integração nos programas escolares do estudo da luta contra o racismo, a xenofobia, o machismo, a LGBTfobia, a discriminação de pessoas com deficiência e todas as restantes formas de opressão.
- A completa legalização do aborto como um serviço de saúde igual a qualquer outro e o acesso

gratuito a todos os métodos de contracepção disponíveis.

- Doze semanas de licença parental paga para a mãe, para o pai ou para o casal.
- Criação de uma rede pública, de qualidade e gratuita de creches, jardins de infância, cantinas e lavandarias.
- Nacionalização de toda a rede de creches existente, sob controlo democrático dos trabalhadores, encarregados de educação e famílias, e construção de infraestruturas de qualidade adaptadas às necessidades da população.

O socialismo e o internacionalismo!

- O planeamento democrático da economia, através da organização de conselhos de trabalhadores, para responder às necessidades de toda a população e proteger o ambiente.
- A solidariedade com as lutas dos trabalhadores e povos oprimidos de todo o mundo. Um ataque contra um de nós é um ataque contra todos nós!
- Que no lugar da União Europeia do capital seja construída a união dos países da Europa e do mundo numa confederação socialista que garanta o direito à autodeterminação de todas as nações.

EDITORIAL

O REFORMISMO SEM REFORMAS

A “estratégia” das burocracias

Já se tornou claro que o último Orçamento de Estado deste Governo (OE2019) será, tal como os anteriores, de continuidade da austeridade. A característica essencial desta legislatura é a ausência de pressão sobre o PS por parte do BE e do PCP e, por extensão, da CGTP. Perante a radicalização de importantes sectores da classe trabalhadora e da juventude

metro e a CP operam em condições perigosas para tripulantes e passageiros, os trabalhos precários tornam-se a esmagadora maioria para a juventude, os incêndios florestais normalizam-se e apresenta-se como solução a evacuação forçada de aldeias.

Uma rota de colisão

Total ausência de confiança na classe trabalhadora — nisto se resume a perversão do socialismo há mais de um sé-

discussões do OE2019. As justificações dadas chegam ao absurdo da afirmação de que o problema diz respeito ao OE2018, e como tal não deve ser tratado uma segunda vez. Como se não bastasse, ousam ainda soltar umas observações sobre a incapacidade negocial do governo. Fingem não compreender que apontam não uma fraqueza, mas antes uma força, porque não é a “incapacidade de negociação” mas antes a capacidade de resistir à luta dos professores que o PS revela ao arrastar o problema. E claro, Costa espera apenas que os estudantes e pais se virem contra os professores — auxiliado pela imprensa burguesa, que já acusa venenosamente os professores de ter uma vida confortável e ganhar “mais 35% do que a média dos trabalhadores qualificados” (jornal Público).

O que precisamos: organização

A aproximação do PS à maioria absoluta retira à esquerda uma posição institucional que podia ter sido utilizada para fortalecer as lutas de trabalhadores onde elas de

sem a acção independente dos explorados nunca teriam chegado a estas tristes figuras porque não teriam concentrado a sua acção nos órgãos da democracia burguesa, teriam antes utilizado todos os seus meios para agitar, mobilizar, organizar e unificar as lutas, de tal forma que fosse o PS a colidir com os trabalhadores e a sofrer as consequências políticas dessa colisão.

Mas a nossa classe, quando organizada, é uma força imparável que não se submete ao controlo de qualquer outra classe ou estrato social. Não é espantoso, portanto, que burocracias partidárias e sindicais — estratos alheios à classe trabalhadora — temam a participação crítica de trabalhadores nas suas estruturas. Elas consolidaram-se durante um período de derrota do movimento operário a nível internacional, são direcções educadas para a política de conciliação de classes, e assim chegaram a este momento onde se mantêm como direcções reformistas quando já se perdeu o espaço para reformas. Neste período de radicalização, as burocracias não só

“O PROJECTO DE COLABORAÇÃO DE CLASSES ASSUMIDO POR ESTAS DIRECÇÕES RESUME-SE, NO MELHOR DOS CASOS, A UMA TENTATIVA DE GERIR O CAPITALISMO MELHOR DO QUE OS CAPITALISTAS.”

— assim como de grupos oprimidos tal como as mulheres, as pessoas LGBT e os negros —, as burocracias procuram travar qualquer processo que coloque em risco a estabilidade do governo.

O projecto de colaboração de classes assumido por estas direcções resume-se, no melhor dos casos, a uma tentativa de gerir o capitalismo melhor do que os capitalistas. Em 2015, Yanis Varoufakis, à data ministro das finanças do governo grego dirigido pelo Syriza, foi quem melhor ilustrou a política destas burocracias, ao afirmar que “o truque [para resolver a crise] é evitar o maximalismo revolucionário (...), é ter em conta as falhas inerentes ao capitalismo enquanto o salvamos, por motivos estratégicos, de si próprio”. Um ano mais tarde, já após a histórica traição do Syriza e revelando uma tremenda falta de senso, Mariana Mortágua viria a parafrasear Varoufakis com o tão célebre “Só a esquerda radical pode salvar o capitalismo.”

Enquanto isto há demissões em bloco nos hospitais por falta de condições, o início das aulas é adiado em várias escolas por falta de funcionários, o

culo. Na tacanha imaginação do burocrata, a irrupção dos explorados no governo dos seus próprios destinos, o “maximalismo”, só pode dar lugar a uma catástrofe social, à completa desordem; ele é incapaz de conceber um mundo onde o seu papel de negociador parlamentar não exista, onde quem trabalha detenha o poder sobre o destino de toda a sociedade.

Ora, na conjuntura política que temos, com a intensificação das lutas laborais e dos movimentos sociais, o projecto de salvamento “estratégico” do capitalismo implica assumir posições cada vez mais claras contra a classe trabalhadora e qualquer estrato social que se mobilize para arrancar concessões ao governo, implica subjugar tudo ao programa do PS.

A posição das direcções do PCP e do BE para com os professores, que lutam pela contabilização de mais de 9 anos de tempo de serviço que lhes está a ser negada, é um excelente exemplo desta sujeição — e da rota de colisão com os trabalhadores que estas direcções traçam. Ambas se recusam a incluir a reivindicação dos professores nas

“A NOSSA CLASSE, QUANDO ORGANIZADA, É UMA FORÇA IMPARÁVEL QUE NÃO SE SUBMETE AO CONTROLO DE QUALQUER OUTRA CLASSE OU ESTRATO SOCIAL.”

facto se dão: fora dos órgãos da democracia burguesa. Costa entende isto, e o desdém com que trata os seus aliados parlamentares demonstra-o. A leviandade com a qual rejeitou a proposta do BE para taxar a especulação imobiliária — tão ironicamente baptizada de “taxa Robles” — foi um episódio esclarecedor. “Eu nem percebi muito bem [a proposta]”, troçou o PM. A direcção do BE engoliu esta humilhação em silêncio, tal como a do PCP engole as suas.

Partidos que não temes-

precisam de ser ultrapassadas como podem ser ultrapassadas. Um programa socialista, claro, combativo, que não tema perturbar a estabilidade da democracia burguesa e, acima de tudo, que se baseie apenas na força dos explorados precisa de ser apresentado ao maior número de trabalhadores possível. Todos os socialistas, onde quer que estejam organizados, têm de bater-se por este programa, têm de participar na sua construção nos locais de trabalho, nas escolas e nas ruas! ✪

APOIA O SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO!

Décadas de luta contra o capitalismo ensinaram-nos a necessidade de finanças fortes numa organização que luta pelos interesses dos explorados e, em última instância, para acabar com a exploração. As nossas tarefas, as campanhas e intervenções junto dos jovens e trabalhadores, exigem dinheiro. Mas para manter a liberdade de crítica e acção, não podemos depender de financiamento do Estado ou de empresas. Uma organização revolucionária tem de depender unicamente da classe trabalhadora!

Deixamos por isso um apelo para: se concordas com o que defendemos, faz um donativo.

IBAN: PT50 0035 0041 00008179 330 96

socialismohoje.wordpress.com

socialismo.revolucionario.cit@gmail.com

/socialismorevolucionariocit





Fernando Medina, actual presidente da Câmara Municipal de Lisboa pelo PS, com Ricardo Robles, antigo vereador da Câmara pelo BE, Novembro de 2017. Foto: Filipa Bernardo/Global Imagens

UM VEREADOR DOS TRABALHADORES?

João Gorizia

Desde a tomada de posse à demissão com o escândalo de especulação imobiliária, o percurso na Câmara Municipal de Lisboa (CML) do vereador eleito pelo Bloco de Esquerda (BE), Ricardo Robles, ilustra claramente o que não pode ser um representante dos trabalhadores e qual não pode ser o papel da esquerda nos órgãos autárquicos.

As eleições autárquicas de 2017 tiveram como resultado uma vitória minoritária do Partido Socialista (PS) em Lisboa. Esta situação de fragilidade do PS abriu uma importante oportunidade para o BE e a CDU utilizarem a sua posição na CML de forma a fortalecer as lutas dos trabalhadores e jovens nos bairros, nos locais de trabalho e de estudo, uma oportunidade de fazer realmente a diferença para milhares de famílias.

No entanto, desde o início da negociação com o PS que a direcção da Concelhia de Lisboa do BE tentou calar qualquer voz discordante e impedir o debate sobre a sua intervenção na CML. O resulta-

do foi um acordo com Fernando Medina em que Robles se subjugou a um programa que ataca o direito à habitação, à saúde, à educação, que ataca os direitos das famílias trabalhadoras de Lisboa — ao invés de construir uma aliança de esquerda com a CDU, com os movimentos e organizações de trabalhadores.

Lisboa, uma cidade especulada

Um dos principais eixos do programa autárquico do BE foi o “Direito à Habitação”. O drama dos despejos, derivado da especulação imobiliária, é por demais conhecido e o BE identificou algumas das suas causas: a liberalização do alojamento turístico, dos vistos *gold* e outros regimes fiscais para não residentes, além da famigerada Lei das Rendas da ex-ministra Assunção Cristas. Adicionalmente, o executivo PS — partido que governa há 11 anos a CML — promovia o mercado imobiliário privado em vez de construir e disponibilizar mais fogos a rendas controladas. Só a freguesia de Santa Maria Maior perdeu, desde 2013, 2.000 eleitores, enquanto que as entregas de novas casas pela CML rondam

algumas centenas de fogos.

O exemplo mais acabado em que o executivo PS age como gabinete imobiliário da burguesia é no “Programa de Acção Territorial para a Colina de Santana”, que prevê a reconversão total da colina de Santana em alojamento turístico. Este plano prevê o encerramento dos hospitais de São José, Santa Marta e Capuchos, já vendidos a uma imobiliária, não existindo até à data qualquer estudo sobre a capacidade de camas do futuro Hospital de Lisboa Oriental, e portanto nenhuma garantia de que será capaz de igualar o número de camas actual.

No seu programa, o BE propunha a construção de “7.500 casas a preços acessíveis” — um número claramente insuficiente para fazer frente aos despejos —, e pretendia com isto resgatar para o domínio público a Parceira Público-Privada (PPP) que o actual executivo tinha sob a forma do Programa Renda Acessível. Foram propostos ainda limites ao alojamento local e turístico e a necessidade de aumentar a oferta de residências universitárias para que arrendar um quarto em Lisboa não significasse “uma segunda propina”.

Passar estas modestas propostas do papel para a realidade seria o verdadeiro desafio do BE. Com apenas três vereadores na CML, essa luta só poderia ser ganha se a esquerda se apoiasse na mobilização dos trabalhadores e jovens para forçar o executivo PS a implementar estas exigências — como um plano nacional de habitação pública e de qualidade, com rendas controladas e sob o controlo democrático de comissões de moradores.

Exemplos de lutas pela habitação não faltam em Lisboa e arredores, incluindo a luta dos inquilinos da Fidelidade, dos moradores dos bairros históricos ou de Marvila. Todos estes focos de contestação podiam ter sido expandidos e unificados pela esquerda, e o vereador do BE tinha a obrigação de jogar um papel de destaque neste processo, fortalecendo um movimento pelo direito à habitação com a sua posição na CML e, por isso, fortalecendo a sua posição na CML com o apoio desse movimento. O que Robles fez, no entanto, foi limitar a acção destes grupos a apelos “às entidades com responsabilidades: a câmara municipal e a Assembleia da República”.

Não possuindo o BE órgãos de base capazes de debater o acordo firmado com Medina e escrutinar o trabalho do seu vereador, Ricardo Robles acabou por ter carta branca para actuar e ir gerindo o seu pelouro — uma gestão do capitalismo ao nível autárquico — enquanto a especulação imobiliária continuava a despejar trabalhadores e jovens todos os dias. No acordo BE-PS é aliás perfeitamente assumido por ambas as partes que a PPP do Programa Renda Acessível não será abandonada, embora seja complementada com uma parte de investimento público.

Pelo direito à educação e às creches

No seu pelouro de actualização, o eleito do BE tinha duas prioridades: a gratuitidade dos manuais escolares e o aumento da oferta pública de creches.

A primeira proposta resultou na transferência massiva de dinheiro — 4,3 milhões de euros no ano lectivo 2018/2019 — do Ministério da Educação e da CML para as editoras de livros escolares. Em lugar de nacionalizar a edição dos manuais escolares e fornecê-los gratuitamente aos estudantes, o Estado optou por subsidiar a compra destes livros o que, no fim de contas, significa transferir dinheiro do orçamento para a Educação para as editoras de manuais escolares. Para que o cumprimento do défice continue a ser religiosamente seguido, esta medida implicará uma diminuição do orçamento noutra área. Por cima de tudo isto, não é garantido o acesso gratuito a manuais, visto que os encarregados de educação ficam comprometidos a devolver os livros em “bom estado”, sob pena de pagar integralmente o seu preço. E isto são livros que precisam de ser diariamente utilizados por jovens!

A segunda prioridade ficou bastante aquém do prometido: até agora foram alcançadas apenas 40 das 1.000 vagas prometidas, e através da abertura de uma creche gerida pelo regime público-privado das IPSS, com custos muito acima

das possibilidades de uma família de classe trabalhadora. Esperar pelos projectos, concursos públicos e obras enquanto milhares de famílias têm de pagar várias centenas de euros por uma creche não é solução. Tendo em conta que algumas freguesias da cidade não têm qualquer oferta pública, a opção de nacionalização, sob gestão democrática, das creches privadas e das IPSS é uma forma célere de aumentar o número de vagas. Esta medida representaria uma melhoria imediata para milhares de famílias trabalhadoras, sendo a base sob a qual se planearia a expansão necessária da rede existente. A um representante dos trabalhadores exige-se que promova o maior envolvimento possível das famílias trabalhadoras, o fortalecimento da organização popular nos bairros

desta ausência de transparência é a de que o processo não é escrutinado pelos próprios trabalhadores. Na Administração Pública a totalidade das apreciações favoráveis rondava as 10 mil, não se confirmando a totalidade de precários no Estado.

Ao mesmo tempo, temos assistido a um processo de “descentralização” de competências para as freguesias. Estes aparecem sob a máscara da “descentralização” mas não passam de processos de privatização encapotados. Em lado nenhum no acordo BE-PS está previsto o combate a esta tendência, com excepção talvez da reabilitação das cantinas escolares em substituição às subconcessões a privados. No entanto, esta medida não será ainda implementada neste ano lectivo, tendo sido renova-

“A POSIÇÃO DE DESTAQUE QUE QUALQUER VEREADOR OU DEPUTADO TEM DEVERÁ SER UTILIZADA PARA AMPLIFICAR E AJUDAR A ORGANIZAR AS LUTAS DOS TRABALHADORES E JOVENS.”

para que os trabalhadores não sejam apenas espectadores, mas participantes na transformação da sua cidade.

Precariedade Zero?

O acordo BE-PS previa “regularização de todas as situações” de precariedade de acordo com o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP). Quase dois anos depois, algumas juntas de freguesia iniciaram esse processo mas noutras, como a junta da Penha de França, foi necessário o BE intervir com uma moção de aplicação do PREVPAP aos trabalhadores da junta, para permitir a reintegração de trabalhadores anteriormente despedidos.

No entanto, e apesar das propostas do BE para divulgação dos números, continua a ser bastante difícil conhecer o número exacto de precários que se prevê serem integrados. Uma das razões fundamentais

da concessão com privados.

O representante e o partido de que precisamos

Torna-se portanto claro que a vereação de Ricardo Robles não foi uma vereação que possa ser apoiada pela esquerda e organizações dos trabalhadores. Lisboa continua a saque dos especuladores com o executivo PS da CML a intermediar sempre que possível e o BE a coadjuvar.

Infelizmente, este não é caso isolado, uma vez que eleitos da CDU em Loures e Setúbal também implementam políticas anti-trabalhadores. Mas lutando o Socialismo Revolucionário por um BE democrático e plural impõe-se uma reflexão e debate com os camaradas que partilham esta visão para dotar o partido dos órgãos e métodos necessários para assegurar a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores e dos jovens — nas autarquias, nas ruas, nos sindicatos e no parlamento.

A eleição de representantes do BE deve assentar numa relação estreita com as bases do partido e da nossa classe como forma de escrutínio e responsabilização sobre o trabalho desenvolvido. Serão essas bases a força que permitirá ao nosso representante eleito nos órgãos burgueses ser uma ferramenta para conquistar vitórias reais. A nossa força nunca será a argumentação perante os representantes da burguesia. Por sua vez, a posição de destaque que qualquer vereador ou deputado tem deverá ser utilizada para amplificar e ajudar a organizar as lutas dos trabalhadores e jovens. As propostas apresentadas devem ser uma extensão das campanhas nas ruas ou locais de trabalho e ensino. Não basta os moradores de Lisboa apelarem à Assembleia Municipal para que resolva o seu problema — é preciso organizar uma luta de massas consequente, recorrendo aos métodos da classe trabalhadora como greves, bloqueios ou ocupações. E também não basta apresentar propostas que a esquerda sabe de antemão que serão chumbadas pela direita.

Mas para sermos capazes de aplicar este método, necessitamos de um partido realmente democrático, isto é, com estruturas que permitam o debate amplo e sistemático de todos os temas, e armado de um programa político que represente os interesses da nossa classe. Essa organização será capaz de captar e formar os elementos da classe trabalhadora mais abnegados e combativos e deverão ser eles os nossos representantes eleitos. Esses representantes deverão ter cargos revogáveis a qualquer momento e manter um salário médio de trabalhador — uma exigência clássica do movimento dos trabalhadores. A coerência política e a transparência são da maior importância para todos os revolucionários, mas em particular para aqueles que representam os precários, os oprimidos, os despejados, enfim, todos os explorados pelo sistema capitalista. ✪

UM APELO À ORGANIZAÇÃO

Ismail X

Após uma década de crise, a juventude de classe trabalhadora sonha muito baixo. Quanto mais, espera que a sua situação não piore. Os próprios dirigentes da esquerda não vão mais longe. BE e PCP tão-somente prometem que não haverá novas medidas de austeridade. A verdade, no entanto, é que a condição da classe trabalhadora continua a deteriorar-se. Não obstante, estes dirigentes dizem-nos que esta é a melhor situação possível.

Vemo-nos pois na obrigação de lhes fazer um pequeno acerto. Esta é a melhor situação possível *sem colocar em causa a acumulação de capital*, sem questionar o capitalismo. Colocando a questão de outra forma, diríamos que o capitalismo não tem nada melhor para nos oferecer do que as políticas de Costa. E depois de 3 anos, a classe trabalhadora tem bem claro que estas políticas não chegam. Se as direcções da esquerda se contentam com elas, está na hora de serem substituídas.

Todos os trabalhadores conscientes devem organizar-se no seu local de trabalho ou de estudo, juntar-se ao sin-

dicato do seu sector — ou fundar sindicatos e comissões de trabalhadores onde estes não existem —, participar activamente na construção democrática dessas organizações e na eleição dos seus dirigentes, garantindo que estes cumprem as suas tarefas. Porque a condição da classe trabalhadora é determinada não pelas leis do mercado, não pelos planos dos governos burgueses, não pela capacidade argumentativa dos deputados de esquerda, mas sim pela força das suas organizações.

Se não formos nós a lutar, ninguém defenderá os nossos interesses.

Um governo sustido a mentiras

A comunicação social em Portugal é propriedade dos sectores mais conservadores da burguesia nacional e, por isso mesmo, opôs-se inicialmente ao governo PS apoiado por BE e PCP. Mas é da própria natureza do burguês ajoelhar-se perante capitais maiores do que o seu. Num país crescentemente semi-colonial, a imprensa burguesa rapidamente reproduziu as apreciações do capital imperialista europeu. Hoje fala-se e escreve-se imenso sobre a recuperação económica e a

“reposição de rendimentos”, enfim, sobre o fim da crise e os méritos deste governo. E se a escolha de gravata de um ministro português merecer uma observaçãozinha elogiosa de Schäuble, nenhum jornal se abstém de a assinalar como prova da prosperidade nacional.

O impacto destas mentiras, no entanto, depende da oposição que lhe fizerem os dirigentes da esquerda e das organizações de trabalhadores. Até agora, essa oposição inflamou-se sobre temas marginais, numa tentativa frustrada de fixar o eleitorado à esquerda do PS.

É precisamente por isso que a “solução governativa” conseguiu durante dois anos consecutivos a estabilidade política que o governo de Passos nunca foi capaz de providenciar ao capital, e sem jamais reverter qualquer medida do anterior governo em matéria de lei laboral.

O salário mínimo e a condição da classe trabalhadora

Em 2015, o salário mínimo nacional (SMN) de 485 euros que o governo PSD-CDS mantivera durante quatro anos estava perigosamente abaixo dos

custos de reprodução da força de trabalho — *i.e.*, não dava nem sequer para garantir a próxima geração de trabalhadores. Tal situação pode ser colmatada com a imigração, e assim foi durante anos. Mas um salário tão baixo feria cada vez mais os interesses do grande capital ligado à venda de bens de consumo e serviços, que depende do mercado nacional.

Sabendo isto, é fácil compreender porque razão, em Junho deste ano, António Saraiva, presidente da CIP (Confederação das Empresas de Portugal), e Soares dos Santos, do Grupo Jerónimo Martins, declararam o seu apoio à implementação de um SMN superior a 600 euros, elogiaram o governo de Costa e aproveitaram para discursar sobre a “dignidade” de quem trabalha. Este par de filantropos, claro está, falava em nome de todo um sector da alta burguesia — os grandes capitalistas do retalho¹ — e nada expõe tão humilhanamente a inutilidade dos dirigentes da esquerda parlamentar como as suas declarações. A maior “conquista” reclamada pelas burocracias do BE e do PCP, depois de 3 anos de mui tácticas negociações, não é somente do agrado dos maiores capitalistas portugueses, fica mesmo aquém das suas expectativas.

Pouco importa, contudo, que o salário tenha subido *nominalmente* se 600 euros não pagam o que 485 pagavam em 2011. E os trabalhadores sentem isto sempre que fazem as contas para chegar ao fim do mês. O salário *real* desceu nos últimos três anos porque não acompanhou a subida nos custos da habitação, alimentação, transportes e saúde.

Nos centros urbanos de Lisboa e Porto, especialmente, os salários caíram a pique porque as rendas subiram a pique, multiplicando-se ordens de despejo num êxodo para a periferia que, não raras vezes, adquiriu um carácter assassino para com os idosos pobres.²



Manifestação de trabalhadores de limpeza, na maioria mulheres, 22 de Junho de 2018. Foto: Rita Rodrigues/Jornal Público

Isto, como sabemos, acontece fundamentalmente por causa da expansão desenfreada do sector turístico — possibilitada pela “lei das rendas” do PSD-CDS que o PS preserva.

Para milhões de jovens trabalhadores, este sector — a par da restauração, dos *call centers* e do retalho — constitui a totalidade do horizonte profissional, com salários tão miseráveis que os forçam à permanência na casa dos pais. Se esta ajuda não existe, recorre-se a uma multitude de esquemas de troca de favores e uma débil rede de solidariedade entre pobres que, mesmo nos melhores casos, não podem assegurar mais do que breves períodos de empregabilidade com acesso a habitação precária e partilhada (tantas vezes com desconhecidos) numa existência quase-nómada.

Evidentemente, quando lê ou ouve falar sobre a diminuição do desemprego, um destes jovens só pode soltar um suspiro irónico. Ele sabe que o seu trabalho é “temporário”, que o seu vínculo laboral depende da sua tolerância à humilhação e às horas de trabalho não-pagas, assim como do humor do patrão. Estar empregado garante, quanto muito, um salário no final do mês presente.

O desemprego, em todo o caso, continua gigantesco. Oficialmente, há cerca de 521.000 trabalhadores no de-

semprego. Dizemos *oficialmente* porque o INE considerou empregados os mais de 174.400 trabalhadores que sobrevivem no subemprego (*part-times* forçados ou biscates).³ No total, portanto, existem pelo menos 695.400 desempregados. A este número teriam de juntar-

“QUANTO MAIS DILIGENTEMENTE SE VENDE A FORÇA DE TRABALHO, TAMBÉM MAIS RÁPIDAMENTE SE MERGULHA NO PÂNTANO DA MISÉRIA MATERIAL E ESPIRITUAL.”

se os desempregados “clandestinos”, entre os quais estão imigrantes mantidos na mais abjecta pobreza.

A exploração, a pobreza, a humilhação, a totalidade das condições de existência deixa as suas marcas no corpo e na psique dos trabalhadores. A violência contra as mulheres, contra os negros, os ciganos, os imigrantes, a violência contra todos os grupos oprimidos e mesmo contra as crianças cresce visivelmente. Variados graus de depressão pesam sobre as mentes de cada vez maiores camadas da classe trabalhadora, invisibilizadas pela falta de acesso a cuidados de saúde mental.

Eis a condição da jovem classe trabalhadora em Portugal — a melhor situação possível con-

tinuando em capitalismo.

A necessidade de organização

Não é deixada à juventude nenhuma escolha. Quanto mais diligentemente se vende a força de trabalho, também mais rapidamente se mergulha

no pântano da miséria material e espiritual. Uma única via nos está aberta: a organização.

Hoje, a própria saúde mental do proletário depende, em grande parte, da participação na construção de organizações de trabalhadores, do engajamento na luta de classes, do combate pelo socialismo.

Nestas condições, a *tendência* para a organização é inevitável — o que não equivale a dizer que a sua *concretização* é inevitável. E de facto temos assistido a um aumento do número de greves e protestos desde o final de 2017, sem que, até agora, se tenha assistido a um reforço real do poder da classe trabalhadora.

De facto, é inevitável uma abrupta transformação de toda a superestrutura política, *i.e.*,

dos órgãos políticos desde os partidos às chamadas “organizações da sociedade civil”. E ela está em curso, na Europa e no mundo, com o ressurgimento da extrema direita, com o colapso do “centro” e igualmente com o ressurgimento das ideias revolucionárias. Em Portugal, a esquerda não escapará a esta transformação. As suas direcções não podem sobreviver mantendo um programa de conciliação de classes, mas tampouco podem substituí-lo por um programa revolucionário sem perder os seus privilégios.

O resultado desta grande transformação política, portanto, dependerá fundamentalmente da criatividade e do espírito de sacrifício que os trabalhadores mais conscientes e combativos demonstrarem ao organizar o *mais atempadamente possível* forças que ultrapassem as burocracias actuais — que para lá de inúteis, são cada vez mais um obstáculo na luta pelo socialismo.

A burguesia, essa, está já bem organizada, mas além de ser uma ínfima minoria, combate apenas para preservar um sistema falido, não só incapaz de elevar o nível de vida da humanidade como inclusivamente obrigado a rebaixá-lo para manter a sua ordem social. É uma classe que luta não só contra os explorados mas contra a própria marcha da História.

O FUTURO É NOSSO!

1. Os capitalistas industriais, e especialmente os da indústria têxtil, rapidamente se apressaram a expressar a sua reprovação pelas declarações de Saraiva e Soares dos Santos, mas sob a actual divisão internacional do trabalho, num país com uma frágil e decadente indústria como Portugal, o grande capital da distribuição tem um poder infinitamente superior ao destes empobrecidos industriais, e ignorou-os sem qualquer cerimónia.

2. Em Lisboa, os relatos de idosos pobres e desprovidos de família que foram assediados, agredidos e até ameaçados de morte pelos seus senhorios tiveram pouquíssimas repercussões na imprensa burguesa por motivos que são por demais óbvios, mas a violência foi de tal ordem que circularam apesar do silêncio dos conselhos editoriais.

3. O economista Eugénio Rosa denunciou prontamente este facto nos seus estudos, disponibilizados gratuitamente no website www.eugeniorosa.com



ROSA, sector de mulheres do Socialismo Revolucionário, na manifestação de 25 de Abril, 2018. Foto: Socialismo Revolucionário

SIADAP: UM SISTEMA PARA DIVIDIR OS TRABALHADORES

Bruno Penha

Com o recuar da esquerda a nível internacional e o avanço da ideologia neoliberal, surgiu o “modelo gestor-nário” nas empresas públicas, que, em teoria, procura definir métricas e índices de desempenho, dar um uso eficaz dos recursos disponíveis e dar enfoque aos “resultados”.

No ano 2000 a União Europeia inicia a Estrutura Comum de Avaliação (CAF, do inglês “Common Assessment Framework”) de modo a lançar as diretrizes para esta alteração. Os governos de Portugal têm sido grandes entusiastas da CAF. Em 2004, Santana Lopes quis implementar a CAF sob o nome de Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), e fê-lo tão apressadamente que não deu sequer condições aos ministérios para que aplicassem o modelo. No 1º semestre de vigência do sistema apenas 5% dos cerca de 740 mil funcionários públicos foram avaliados, e no 3º (2006) apenas 60%.

Em resposta a várias críticas, o XVIII Governo Constitucional, uma maioria do PS encabeçada por José Sócrates, levou a cabo a criação e implementação de um “novo” SIADAP. Agora, Costa está a implementar completamente este modelo.

O governo divide para reinar

O presente governo diz que a economia está a melhorar, mas os trabalhadores da função pública continuam com a progressão de carreira e salários congelados.

Depois de um período de diminuição do número de greves e outras formas de luta da função pública nos 2 primeiros anos deste governo assistimos agora um recrudescimento destas. Nem as burocracias dos sindicatos da função pública —

mais interessadas em manter a estabilidade do governo do que em melhorar as condições de trabalho — conseguiram impedir que a crescente exigência das bases por uma melhoria efetiva das suas condições de trabalho resultasse num maior



Mário Centeno com António Costa e Eduardo Cabrita. Foto: Miguel A. Lopes/LUSA

número de lutas dos profissionais da saúde, educação, transportes, etc.

Não é coincidência o governo impulsionar o SIADAP na altura em que aumenta visivelmente a consciência e solidariedade de classe entre os trabalhadores da função pública. Não funcionando durante anos, o SIADAP só foi verdadeiramente aplicado agora: com a indexação da progressão nas carreiras aos pontos obtidos nesta avaliação. O OE 2018 previa o descongelamento faseado das carreiras, mas condicionado pelos pontos acumulados desde 2009. No caso da Câmara Municipal de Lisboa (CML), menos de 50% dos trabalhadores serão aumentados. A contenção remuneratória é pois um dos objectivos do SIADAP, mas o principal, e muito mais pernicioso, é a divisão dos trabalhadores.

Ao reorganizar a função pública sob um sistema hierárquico, o SIADAP permite às chefias

discriminar e punir os trabalhadores de acordo com os seus interesses e caprichos. Os objetivos, apesar de deverem ser negociados, são frequentemente impostos pelas chefias. Os avaliadores têm ainda obrigação de sigilo em relação

aos objectivos acordados, contribuindo para um clima de desconfiança e opacidade sobre a avaliação. O SIADAP veio assim a revelar-se um instrumento extremamente útil para deteriorar as relações humanas dentro das organizações públicas, incitando a um clima de medo e à competição feroz entre trabalhadores, capaz de minar a mobilização colectiva em torno de reivindicações políticas, e substituindo-a muitas vezes por ineficazes acções individuais de resistência.

Segundo um inquérito realizado aos trabalhadores da administração pública pela Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público em 2015, 88% dos inquiridos dizem estar em desacordo ou totalmente em desacordo com o sistema de avaliação do desempenho existente. Com a perda de qualidade do serviço público, os utentes também não estarão mais satisfeitos. Já as confederações patronais regozijam

com este sistema: avaliações baixas servem de incentivo para que certos serviços sejam privatizados, para além de que a contenção dos salários no público contribui para manter os salários do privado baixos.

A “solução” das direcções sindicais e a resposta dos trabalhadores

A forma atabalhoada como o SIADAP foi sendo aplicado ajudou a cimentar a ideia errada de que não iria ter um impacto real. Os trabalhadores tomam agora consciência da sua gravidade, mas as direcções sindicais continuam incapazes de fomentar acção colectiva para o bloquear. Limitam-se a propor aos seus membros que façam queixas aos superiores das faltas e ilegalidades produzidas pelos avaliadores — que são, normalmente, esses mesmos superiores!

O descontentamento face à ineficácia deste tipo de acções levou um conjunto de trabalhadores da administração pública a criar o movimento “Missão Pública Organizada”, lançando uma petição pública com o objetivo de substituir o SIADAP.

O Socialismo Revolucionário apoia a luta por um novo sistema de avaliação, onde chefias e avaliadores sejam escolhidos e objectivos decididos de forma transparente e democrática.

No entanto, sabemos que não será apenas com queixas, petições e abaixo-assinados que os trabalhadores da função pública conseguirão rechaçar um sistema de avaliação que instiga trabalhador contra trabalhador, que propicia um clima de medo e de desconfiança, que serve os interesses do privado em detrimento do serviço público! Tal como acontece a luta contra qualquer forma de exploração, a vitória só é possível em aliança com o maior número de sectores da classe trabalhadora e usando os métodos de luta dessa mesma classe, especialmente a greve. ✪



Guilherme Boulos, candidato à presidência do Brasil pelo PSOL, em São Paulo, 8 de Novembro de 2015. Foto: Mídia NINJA

ELEIÇÕES NO BRASIL: UM DESAFIO PARA A ESQUERDA

Fábio Ruiz

A classe trabalhadora brasileira respira, com dificuldade, na pesada atmosfera em que vive. O cenário eleitoral continua incerto e a única coisa bem definida e visível é a contínua degradação das condições de vida da maioria do povo brasileiro. Os ataques aos trabalhadores, a repressão de que estes são alvo têm aumentado de intensidade e, com isto, também os movimentos de resistência, levando ao clima de elevada tensão social.

Tomemos o exemplo da greve dos camionistas enquanto barómetro da situação política: a greve não foi isenta de contradições próprias ao sector, estando envolvidos tanto representantes das grandes transportadoras como largas camadas de camionistas assalariados e “independentes” vivendo em condições miseráveis. Aqui o sector afecto às entidades patronais rapidamente entrou em negociações com o governo numa tentativa de controlar e abrandar o movimento, ao contrário do sector mais precário que efectivamente se continuou a mobilizar e a radicalizar.

Pode dizer-se que, de forma geral, a greve dos camionistas assumiu um papel positivo, fruto da legitimidade das suas exi-

gências, do apoio popular e da progressividade que mostrava em chocar contra as políticas de Temer. Apesar das contradições de classe presentes no movimento, conseguiu transmitir a ideia de que sem os trabalhadores nada acontece.

Cenário Eleitoral

Acompanhando a tendência internacional espera-se que a burguesia aposte num candidato neoliberal, capaz de ganhar as eleições e obter alguma legitimidade para continuar as contra-reformas que Temer já não consegue aplicar. Neste caso, o candidato ideal seria Alckmin, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira, neoliberal), mas o fraco resultado nas sondagens torna esta aposta frágil.

Alckmin, atraindo a direita tradicional, tem ainda que ultrapassar o obstáculo que a vinculação do PSDB ao governo Temer representa e lidar com a perda de uma parte do eleitorado para Bolsonaro.

Já Ciro Gomes, do PDT (Partido Democrático Trabalhista), apesar de disputar parte do eleitorado ao centro com Alckmin e de procurar alianças com o grande capital, é visto por uma grande parte da população como um crítico da direita e do golpe. Inclusive sectores do próprio PT (Partido dos Trabalhadores) colocam a hipóte-

se de apoiar Ciro.

O PT manteve a candidatura Lula até que esta se tornou impossível, e apresentou então Fernando Haddad, que recentemente tem sido alvo de acusações de corrupção da parte do Ministério Público. O que retirou alguma força a esta opção do PT.

Eis os principais actores deste teatro eleitoral. Logicamente, não podemos descartar nenhum cenário. Com este ajuste de última hora ao candidato do PT a hipótese de uma vitória PT logo na primeira volta com Lula cai por terra. Assim, sem Lula, grande parte dos seus eleitores vêem-se sem opção clara de voto e podem acabar votando em qualquer candidato, as sondagens mais recentes mostram Bolsonaro na frente, seguido por Ciro Gomes e Marina Silva, da Rede Sustentabilidade, deixando Alckmin em quarto lugar e Haddad logo de seguida. Com uma margem de erro de 2% estes quatro últimos candidatos encontram-se praticamente empatados.

Na hipótese, provável, de vencer um candidato à direita do PT veremos a continuação das contrarreformas de Temer, levando a uma maior polarização política da população. Vendo-se derrotado e sem Lula o PT perderá a pouca coesão que ainda lhe resta, o que pode abrir um maior espaço para

uma esquerda combativa fora da linha do PT.

Mesmo na improvável hipótese de Haddad vencer numa eventual segunda volta, a política habitual do PT, que assenta na conciliação de classes e na dependência de via institucional, seria a estratégia escolhida. E se no passado tais políticas conseguiram algumas concessões da burguesia para a classe trabalhadora, na situação actual — que já não é de grande crescimento económico, mas antes de crise — tais concessões são impossíveis a não ser pela luta. De facto, os trabalhadores têm sofrido os golpes mais duros dos últimos tempos, e a “solução” PT tem contradições que também levariam ao agravamento da polarização política — com o possível crescimento da extrema-direita.

O certo é que estas eleições não vão fechar o ciclo de instabilidade, ataques e retrocessos e, consequentemente, de reorganização da esquerda.

Alternativa de Esquerda

O espaço para uma alternativa de esquerda existe e tem de ser aproveitado, a candidatura de Boulos e Guajajara cumpre esse papel, é a aliança entre o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), PCB (Partido Comunista Brasileiro), APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) e outros tantos movimentos sociais.

Mais do que participar nas eleições, trata-se de uma aposta que vá além do processo eleitoral, é um voto na reconstrução de uma esquerda socialista com base nas massas e capaz de superar as políticas do PT.

Participamos e apoiamos esta campanha para apresentar uma firme alternativa de esquerda, usando todos os seus pontos fortes e potencial combativo para apresentar um programa anti-capitalista e socialista, e lutando para que a disputa eleitoral seja um processo de fortalecimento da esquerda, das organizações de trabalhadores e dos movimentos sociais. ✪



Libres y Combativas na manifestação do 8 de Março, 2018. Foto: Susana Vera/Reuters

O MOVIMENTO FEMINISTA E A CLASSE TRABALHADORA

Diana Rato

Para muitas mulheres trabalhadoras que começam a politizar-se, o primeiro contacto com o movimento feminista é através do feminismo liberal. A *Centelha* já apontou a importância que o movimento de mulheres vai ter no próximo período de luta¹, e como este movimento tem vindo a crescer desde a crise capitalista de 2008. Os mais recentes acontecimentos na Argentina, a luta pelo aborto — um movimento que continua a crescer apesar da mais recente derrota no parlamento — são um bom exemplo disto.

Hoje, muitas organizações feministas têm um carácter reformista, fruto de anos de estagnação e mesmo de retrocesso do movimento operário e, consequentemente, do feminista. Bebem das ideias do feminismo liberal, onde a solução para a desigualdade entre homens e mulheres não passa por uma mudança do sistema económico que gerou essa desigualdade, mas antes por práticas de consumo, pela modificação da linguagem e dos costumes levada a cabo individualmente e, claro, pela representatividade ou inclusão de mulheres na classe dominante e nos seus grupos — por exemplo, governos ou conselhos de administração de grandes

empresas. Este feminismo, obviamente articulado com os interesses da classe dominante, defende em última instância o direito da mulher burguesa de compartilhar da riqueza extorquida aos trabalhadores.

A luta das mulheres em nenhum momento histórico surgiu isolada do movimento operário. Momentos fundamentais e de avanço da luta da classe trabalhadora foram também importantes para o desenvolvimento do movimento de mulheres — e não raras vezes foram as mulheres trabalhadoras a vanguarda dessa luta. Se por vezes, as mulheres trabalhadoras e burguesas parecem ter interesses coincidentes, o objectivo das correntes feministas liberais não será jamais eliminar o que é hoje a causa da opressão de género: o capitalismo. Estes feminismos querem a igualdade na propriedade e na riqueza. Mas, para a classe trabalhadora, este feminismo só tem um resultado: a igualdade na exploração e na miséria. Nós, feministas de classe, temos um objectivo fundamentalmente diferente: a emancipação de toda a humanidade.

Feminismo: um programa de classe

A mulher trabalhadora pode sofrer desde a desigualdade salarial até à violência, mas todas as formas em que a opres-

são se expressa seja sobre homens ou mulheres — pobreza, racismo, guerra, etc. — tem a sua raiz na exploração capitalista. A condição da mulher nesta sociedade deixa-a vulnerável a situações de violência ou até à morte — só nos primeiros seis meses deste ano já morreram 16 mulheres em Portugal vítimas de violência doméstica.

A luta pela igualdade salarial, 35 horas de trabalho semanal e contratação colectiva, fazem avançar o movimento de todos os trabalhadores, e alteram fundamentalmente a posição das mulheres trabalhadoras. Mas a conquista de direitos pelas mulheres, como ao voto, ao aborto, à educação e por serviços públicos como creches, são igualmente importantes vitórias para a nossa classe. Estas reivindicações atacam directamente os interesses dos capitalistas. E o avanço destas lutas cria as oportunidades para a organização das mulheres trabalhadoras. As organizações laborais, sindicatos e partidos de esquerda têm um papel crucial nesta organização, de criar laços de solidariedade e de desenvolver lutas que integrem toda a classe trabalhadora em volta de um programa feminista. Isto foi demonstrado na prática nos princípios dos anos 90, em Inglaterra, onde sindicatos começaram uma campanha contra a violência doméstica. Como aconteceu este ano na

Irlanda com a estrondosa vitória do “Sim” no referendo pelo direito ao aborto, após anos de luta onde participaram tanto organizações feministas como organizações de trabalhadores e partidos de esquerda — incluindo a secção do CIT na Irlanda, o *Socialist Party* (Partido Socialista). O grande potencial de luta das mulheres trabalhadoras foi ainda demonstrado este ano, no Estado Espanhol, com a greve feminista de 8 de Março. Foi a primeira greve no dia Internacional da Mulher que contou com centenas de milhares de mulheres nas ruas contra a violência de género e por direitos laborais. Teve participação e apoio de várias organizações de esquerda, incluindo sindicatos e partidos, como é o caso do *Sindicato de Estudiantes* do Estado Espanhol, da sua frente de mulheres *Libres y Combativas* e da secção do CIT, *Izquierda Revolucionaria*.

Não podemos olhar para o capitalismo e esperar deste sistema a solução para a opressão na qual ele se apoia e através da qual ele se perpetua. Para um problema comum, ainda que expresso de forma diferente, tem de haver uma resposta comum de toda a classe. Como podemos sequer conceber um movimento de trabalhadores onde esteja em falta mais de metade da classe?! Um programa verdadeiramente revolucionário não pode descredibilizar a luta das mulheres face ao movimento operário, tem de ser de classe e feminista. Se o propósito é a igualdade e a emancipação, então este movimento terá que ser alargado a toda a classe trabalhadora, nas ruas e nos locais de trabalho. Apelamos por isso a todas as organizações de esquerda, feministas, anti-racistas, sindicatos e partidos para que participem na construção e na mobilização para a greve feminista de 2019, contra a violência, pelos direitos das mulheres e de toda a classe trabalhadora! ✨

1. A *Centelha* nº13 foi dedicada ao feminismo de classe. Recomenda-se a leitura, em particular, do Editorial e do Manifesto do nosso sector de mulheres, ROSA (Resistência contra a Opressão, o Sexismo e a Austeridade).

ROSA

CIT



AMLO na praça de Tlatelolco, Cidade do México, 12 de Maio de 2012. Foto: Eneas/Flickr

ELEIÇÕES NO MÉXICO

Sofia Cazel

Nos últimos 89 anos o México esteve sob governos de direita, — uma alternância dos partidos PRI e PAN (popularmente chamados de “PRIAN”) — políticas de austeridade, reformas educacionais e trabalhistas reacionárias. Mas a crise capitalista global trouxe as taxas de inflação mais altas dos últimos 17 anos e revelou as falsas

promessas de “crescimento económico” feitas pelo último governo prianista, dirigido por Peña Nieto.

Sendo o país asfixiado pelo imperialismo estado-unidense, a ofensiva da burguesia contra a nossa classe é de extrema violência, acentuada sobre os povos indígenas, as mulheres e a juventude — como mostrou o massacre de Iguala. Apesar disto, os trabalhadores não se abstiveram de dar à classe dominante a resposta dada em

OS TRABALHADORES TAMBÉM LUTAM NO PAÍS DE TRUMP

Ismail X

Para uma leitura socialista dos desenvolvimentos nos EUA e para acompanhar o nosso trabalho no país, visita www.socialistalternative.org

Em 2011, com o movimento Occupy Wall Street, vimos o início de um novo período político nos EUA. Hoje, depois da eleição de Sawant — primeira vereadora socialista em Seattle desde há cem anos —, de um movimento de massas em apoio a Sanders — auto-denominado “socialista-democrático” — e da explosão de crescimento dos Socialistas Democráticos da América (DSA) — que passaram de 5.000 a cerca de 40.000 em dois anos —, é por demais evidente que os EUA vivem um período de reorganização da esquerda.

Mas a força capaz de transformar fundamentalmente a realidade é a classe trabalhadora organizada e, até agora pouca atenção tem sido dada

ao processo subjacente: o despertar do movimento operário.

A maioria das lutas é ainda defensiva ou pelo direito à organização, uma vez que as leis dificultam ao máximo a sindicalização. Exemplos destas lutas são o caso dos trabalhadores da *Boeing* na Carolina do Sul — que lutaram vitoriosamente por sindicalizar-se — ou a luta de milhares de trabalhadores da *Delta Airlines* em várias cidades do país (mas especialmente em Atlanta). Mas há casos ofensivos, como o dos mais de 10.000 trabalhadores da *American Telephone and Telegraph* que pararam por melhores condições de trabalho, aumento do salário e recrutamento de novos trabalhadores. E talvez o caso mais impressionante seja o dos 260.000 trabalhadores da UPS, que, ameaçando greve nacional, conseguiram contratos de cinco anos e um aumento de salários antes mesmo de iniciar a paralisação.

O avanço na confiança e na consciência de classe é tal que

toda a América Latina: a luta. A esquerda, no entanto, não apresentou uma alternativa concreta aos governos prianistas, tendo o seu partido mais influente no século XX, o PRD, capitulado à direita há mais de uma década.

É neste contexto que é criado o Movimento de Regeneração Nacional (MORENA), partido pelo qual concorreu Andrés Manuel López Obrador (AMLO). A candidatura de AMLO, com um programa progressista que inclui a educação gratuita — resposta ao movimento estudantil — deve a sua força aos movimentos sociais e representou uma ameaça à burguesia mexicana.

A classe trabalhadora, vendo em AMLO uma alternativa real aos governos da direita, afluiu às urnas em massa. A participação nas eleições aumentou para 63% e, concretizando-se o medo da classe dominante, a 1 de Julho foi eleito AMLO, com 53% dos votos — a maior percentagem de sem-

pre! Estes resultados esmagadores refletem um avanço na consciência da classe trabalhadora.

Por agora, a revolta social expressou-se na via eleitoral, o campo do inimigo — que, face à participação popular massiva e temendo um levantamento, não ousou usar o seu aparato para a fraude. Mas os resultados mostram a crise dos partidos burgueses. A burguesia tem agora de impor a AMLO as suas políticas económicas por todos os meios necessários, e o MORENA já demonstrou que vai procurar a conciliação de classes — por exemplo, opondo-se a quaisquer expropriações. Por isso, longe de alimentar ilusões sobre o novo governo, sabemos que só a organização e mobilização da classe que levou AMLO à presidência pode impedi-lo de ceder à direita, que só a luta pode levar a vitória eleitoral a concretizar-se em mudanças reais! ✨



Protesto dos trabalhadores da Amalgamated Transit Unit, Janeiro 2018. Foto: Socialist Alternative

permite pela primeira vez aos militantes da secção do CIT nos EUA, *Socialist Alternative*, disputar vitoriosamente as direcções de sindicatos. A secção da *Amalgamated Transit Union* (sindicato dos transportes) de Minneapolis, sob a presidência do nosso camarada Ryan Timlin, conseguiu travar as medidas para a privatização dos transportes públicos, além de conquistar melhores condições de segurança para os motoristas de autocarros e aumentos salariais para os trabalhadores,

ao anunciar uma greve durante a Super Bowl (um dos eventos desportivos mais importantes nos EUA).

O grande desafio permanece o de forjar uma organização política com independência de classe, um partido da classe trabalhadora nos EUA. O caminho pode ainda ser longo, mas a importância destes primeiros sinais, ainda para mais no país de Trump, não pode ser subestimada. ✨



Manifestação de professores em Lisboa, 19 de Maio de 2018. Foto: Miguel A. Lopes/LUSA

SOLIDARIEDADE DOS ESTUDANTES COM A LUTA DOS PROFESSORES

Minerva Martins

Se depender deste governo, o ano lectivo de 2018/19 será marcado pela continuação da degradação das escolas, pelo reforço da precariedade entre os trabalhadores de educação e pelo aumento do abandono escolar. O Partido Socialista tem sido responsável por constantes ataques à democracia na educação, quer seja através da diminuição do investimento público para as escolas, quer seja através da defesa de modelos de gestão anti-democráticos que afastam cada vez mais os professores, os trabalhadores não-docentes, os estudantes e as suas famílias das decisões sobre o funcionamento dos seus espaços de ensino e trabalho.

A luta actual dos professores ocorre neste panorama de destruição da educação pública. Depois de promessas do governo, este continua a recusar-se contabilizar o tempo total de serviço dos professores — quer apagar nove anos, quatro meses e dois dias —, ao mesmo tempo que as condições de

ensino se deterioram. Durante a última greve às reuniões de avaliação — convocada inicialmente pelo STOP, Sindicato de Tod@s @s Professor@s —, o governo decretou serviços mínimos, ameaçando professores para pararem a sua luta, e cooperou com os directores das escolas em inúmeras ilegalidades ao direito à greve e às férias.

Após a participação em manifestações a nível nacional e de um mês de greves às avaliações, o resultado das negociações entre governo e a plataforma de dez sindicatos de professores — que inclui os dois maiores sindicatos, o FNE (da UGT) e a FENPROF (da CGTP) — foi somente de nova verificação dos custos necessários para cobrir a recuperação dos anos de serviço, sem quaisquer garantias de contabilização desse tempo ou de mudança das condições laborais! As críticas por parte dos professores não tardaram, e a maioria manteve-se intransigente.

Os últimos valores apresentados pelo governo para a recuperação salarial desses anos de trabalho chegam aos 635

milhões. Este valor fica abaixo da injeção de quase 800 milhões de euros no Novo Banco através do recente empréstimo público ao Fundo Resolução, e do aumento de cerca de 1.3 mil milhões de euros em despesas militares no ano de 2019 que foi prometido à NATO por António Costa — despesas que atingem assim cerca de 4 mil milhões de euros. Não há que esperar que sejam apresentadas mais contas, mas sim exigir o direito aos anos de serviço, e que o dinheiro previsto para a NATO e para a intervenção em bancos privados seja deslocado para investimento público na educação, na saúde, nos transportes e na habitação, através da saída da NATO e da nacionalização da banca sob controlo democrático.

É importante que as organizações de trabalhadores e a esquerda se coloquem ao lado dos professores por melhores condições de ensino. Mas é fundamental que a luta se alargue a todos os trabalhadores precários de educação que se mantêm à margem dos quadros e dos direitos de contratação colectiva. Muitos profes-

sores ficam no desemprego, todos os anos, à espera de ser chamados para trabalhar alguns meses, sem qualquer estabilidade laboral, em escolas por todo o país — são mais de 30.000 hoje nesta situação!

A luta pelo direito à educação é urgente para milhares de jovens de famílias pobres e de classe trabalhadora. É fundamental, para isso, que os estudantes, famílias, professores e profissionais não-docentes se organizem em assembleias em cada escola por todo o país para concretizar um plano nacional de luta que permita aos professores conquistar o direito à contagem integral do tempo de serviço — mas que exija ainda o aumento do Orçamento de Estado para a Educação, o direito à contratação colectiva e das 35 horas de trabalho semanais para todos os trabalhadores das escolas, o fim de todas as propinas e taxas educativas, a gratuitidade dos manuais escolares através da nacionalização e controlo democrático das grandes editoras, e o início de obras imediatas nas escolas com infraestruturas degradadas. ✪

O SINDICATO DE ESTUDANTES ESTÁ COM OS PROFESSORES NA LUTA POR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE!